



Anais da Assembléia

Nº 13

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 1980

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Adalberto Daros e José Tavares.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezzi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem SÍLVIO DE LUCA.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Novamente a violência volta a enlutar o Paraná, tirando a vida de um jovem idealista e trabalhador. Bandidos miseráveis e cruéis mataram friamente um moço inteligente de apenas 26 anos de idade.

SÍLVIO DE LUCA trabalhou durante muito tempo na divulgação da Gravadora Copacabana, conquistando a todos que militam junto aos meios de comunicação social.

Foi ele quem trouxe a Curitiba por diversas vezes artistas consagrados como Benito di Paula e Ângela Maria.

Foi convidado por diversas vezes para deixar o nosso Estado, mas aqui estava preso por laços de amizade e também por aqui encontrara seu amor, uma jovem de 23 anos de idade.

Sílvio esteve ausente de Curitiba por mais de um ano, quando realizou curso de especialização no exterior.

Retornando, foi convidado para assumir a gerência do Banco Real. Agindo de maneira dinâmica, conquistou muitos clientes para o estabelecimento, conseguindo a confiança de todos. Neste final de semana próximo passado, bandidos o mataram de forma cruel. Mataram um garotão cheio de vida. Um inteligente, elegante e honesto jovem desaparece vítima da violência que tomou conta da cidade. Infelizmente, com tanta vontade de viver, SÍLVIO DE LUCA desaparece prematuramente, se transformando em mais um número de estatística.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja formada uma COMISSÃO ESPECIAL de Deputados, cujos membros ficam fixados em 7 (sete) participantes, visando a reformulação do atual Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

CONSIDERANDO QUE o atual Regimento Interno, aprovado em dezembro de 1960 está superado em várias resoluções;

CONSIDERANDO QUE a implantação do sistema pluripartidarista estabeleceu novos critérios na política brasileira;

CONSIDERANDO QUE muitas matérias e ações da Assembléia Legislativa não encontram abrigo no atual R.I.;

CONSIDERANDO QUE um melhor ordenamento e distribuição dos Capítulos e Títulos se faz necessário;

CONSIDERANDO QUE uma Comissão Especial poderá elaborar alterações, corrigindo-lhe falhas e acrescentando detalhes omissos no atual R.I.

APONTO ALGUMAS FALHAS:

- 01) O atual Regimento Interno, logo na abertura, em seu Título I (Da Constituição da Assembléia) abre o Capítulo I: Das Sessões Preparatórias. Nada fala sobre a Sede do Legislativo e nem da Legislação.
- 02) Não existe uma fixação para o início e encerramento das Sessões Legislativas ou Período Legislativo. Datas de início e encerramento, etc.
- 03) Não existe qualquer artigo com referência às Sessões Legislativas Extraordinárias.
- 04) Não existe um Capítulo falando sobre "Posse, dos Direitos e dos Deveres" do Deputado. Dentro de um ordenamento mais adequado este assunto merecerá, por certo, vários artigos e parágrafos.
- 05) Não existe nenhuma norma regimental que discipline o trabalho das lideranças. Pelo menos 5 artigos cabem ao assunto, como: oficialização do cargo de vice-líder, indicação de nomes para comissões, liderança do governo e outros detalhes afetos à liderança.
- 06) Definir com maior clareza de detalhes os "Poderes do Presidente", dividindo as atribuições quanto a
 - 1) Sessões da Assembléia
 - 2) Proposições
 - 3) Comissões

- 4) Reuniões da Executiva
- 5) Publicações
- 6) Outras competências

Definir ainda, em artigo, a autoridade do Presidente, assegurando-lhe a palavra, no exercício de sua função, durante as Sessões Plenárias, não podendo ser interrompido ou aparteado, até que complete seu pensamento.

- 07) Sugerir a criação de uma Comissão de Economia e o englobamento das Comissões de Finanças e Orçamento e Tomada de Contas.
- 08) Fixar uma obrigatoriedade de participação dos Deputados em pelo menos uma Comissão Permanente da Casa, exceção aos membros da Executiva. Não podendo, todavia, pertencer a mais de três como titulares.
- 09) Não existe nenhuma matéria falando sobre a competência dos presidentes nas Comissões. Falta oficializar o cargo de Vice-Presidente de Comissões. Ainda dividir em artigos matérias como: "Reuniões, Trabalhos, Vagas, Impedimentos e Pareceres".
- 10) Não existe nada falando sobre as Sessões Solenes.
- 11) Visando melhor ordenamento, criar artigos definindo "Uso da Palavra" e "Tempo de Uso da Palavra".
- 12) Fixar no assunto "Questão de Ordem": "Não poderá ser formulada nova questão de ordem havendo outra em pendência de decisão."
- 13) Criar um artigo que possibilite a "Declaração de Voto", com tempo de cinco (5) minutos, para justificativa de voto.
- 14) Fixar ainda detalhes, como: "Destituição da Mesa" e "Concessão de Títulos de Cidadania Honorária".

Fica registrada uma série de sugestões que poderão receber alterações, visando a reformulação total do atual REGIMENTO INTERNO da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Com a implantação do Pluripartidarismo o "Livro Sagrado da Casa" ficou completamente superado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a Casa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Feder, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas, cópia da representação que o cidadão João Veiga faz contra o Senhor Luiz Carlos Stanislawzuk, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Ponta Grossa, referente a adulteração das Notas Fiscais n.ºs 9905 e 9904, da Casa Ipê, na aquisição de revólveres, cujos documentos estão relacionados na Prestação de Contas do ano de 1.978, da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1.980.

(a) CYRO MARTINS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, solicitando o início, com a maior urgência, da pavimentação do trecho entre Paranavaí e São João do Caiuá, da BR 158.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1.980.

(a) PINTO DIAS.

JUSTIFICATIVA:

O trecho da BR 158, ligando Paranavaí a São João do Caiuá, devido a sua posição estratégica, atendendo a uma importante região do Estado, necessita com urgência da pa-

vimentação.

Trata-se, Sr. Presidente, de uma região densamente povoada, com uma intensa produção agropecuária e cujos moradores há muito estão a reivindicar o precioso benefício.

A falta de condições para o escoamento da produção vem causando sérios prejuízos a toda a população. Na época da chuva o trânsito na citada Rodovia chega mesmo a ficar totalmente impraticável, acarretando com isso, grandes dificuldades à economia regional.

É um melhoramento, repetimos, reclamado por todos e, assim sendo, nada mais justo do que esta egrégia Casa unir seus esforços com os moradores do Noroeste paranaense no sentido de conseguir a referida pavimentação.

Ressaltamos que esse trecho da BR 158 além de ligar duas importantes cidades do Noroeste — Paranavaí/São João do Caiuá — serve também a muitos outros municípios como Santo Antônio do Caiuá, Inajá, Paranapoema, Jardim Olinda, Paranaciti, Colorado, beneficiando vasta região do Paraná e de São Paulo.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja inserido nos trabalhos da sessão de hoje, para que conste dos Anais desta Casa, o incluso recorte contendo matéria relacionada com o "Jogo do Bicho", publicada pelo jornal "Diário do Paraná", edição de 14.03.80.

Requer, outrossim, que do presente seja dado ciência ao aludido jornal, na pessoa de seu Diretor, bem como ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública e Ilustríssimo Senhor Diretor da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1.980.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Os termos constantes do artigo em anexo.

"JOGO DO BICHO NÃO TEME LOTO E CONTINUA ÀS ESCÂNCARAS"

"Apesar das prisões, prejuízos e do abalo, sofridos pelos "bicheiros" em junho do ano passado, quando o diretor da Polícia Civil, Luiz Chemim Guimarães, comandou uma "guerra" contra o "jogo-do-bicho", a contravenção mais praticada no Brasil continua rendendo bons lucros, para os "banqueiros" principalmente. Calcula-se que só em Curitiba, seja arrecadado, diariamente, dez milhões de cruzeiros em casas lotéricas, bares e mercearias espalhadas por toda a cidade nesse tipo de contravenção.

Dessa soma, segundo um policial que já trabalhou diretamente em investigações sobre o "jogo-do-bicho", cerca de quarenta por cento é redistribuída entre os acertadores: "Nisso eles são corretos. Ninguém deixa de receber o que ganha, desde que não haja má fé, o que dificilmente acontece, por parte de algum intermediário (cambista ou bicheiro). Parece que existe um código de ética, rigidamente respeitado", disse ele.

UM POR MIL

Mas, como em todos os jogos, como até mesmo na Loteria Esportiva, quem leva a melhor é o "banqueiro". O apostador tem apenas uma chance em mil ou em um milhão, contra 99,9 por cento à favor do "banqueiro". Chega a ser até injusto, esse tipo de jogo, mas mesmo assim, é crescente o número de pessoas que, diariamente fazem sua "fézinha", numa centena "seca" (primeiro prêmio) que paga seiscentos por um cruzeiro ou até numa milhar, quando aparece um bom palpite, que paga quatro mil, por cada cruzeiro apostado.

Mas, apesar da repercussão dos dois dias de "guerra" ao bicho, nos dias 21 e 22 de junho do ano passado, o jogo voltou a ser praticado da mesma maneira como vinha ocorrendo

anteriormente "às escâncaras", como bem disse o diretor da Polícia Civil, Luiz Chemim Guimarães. "Eu não vou permitir que uma contravenção penal seja praticada às escâncaras, como estava acontecendo", disse ele, durante uma entrevista, naquela época.

O jogo, entretanto, continua sendo praticado à portas abertas e até nas ruas, fato novo, na cidade. O cambista de loterias, aquele que você costuma topar no início do dia e nos finais de expediente de segundas, quartas e sextas, está agora, também, fazendo sua "fêzinha". Mas cuidado, é contravenção e ele só faz se você for freguês. Ontem por exemplo, no final da tarde, quando um deles deixou seu ponto, perdeu um canhoto com o resultado e alguns jogos.

A LOTO

Ao que parece, o Loto não vai mudar muito o panorama do jogo-do-bicho, praticado na clandestinidade. Muitos cambistas ouvidos durante o decorrer da semana, foram unânimes em afirmar que continuarão trabalhando da mesma maneira. "A gente não vê perspectiva de melhores ganhos, principalmente porque quem faz sua "fêzinha", vai continuar fazendo, mesmo que jogue também, um pouquinho no Loto", disse um deles.

Muitos bicheiros não acreditam nem mesmo que a Loto entre em funcionamento, como está previsto para os próximos dias. Um deles, que trabalha diariamente na Praça Tiradentes e é muito conhecido na cidade, chegou a dizer que "vai ser uma experiência fracassada. Duvido mesmo que esse jogo fique mais de seis meses em funcionamento. O jogo-do-bicho tradicional, tem muito mais opções do que esse que o governo está oficializando. Vai haver, irremediavelmente, o jogo paralelo. Algo pode mudar, mas muito pouco".

Uma prova de que o jogo continua sendo feito pode ser conseguida a qualquer momento, pela polícia, em qualquer agência lotérica do centro da cidade. Basta entrar pela "portinha" e fazer a "fêzinha". Ontem, de um cambista descuidado, conseguiu-se um canhoto de resultados e um jogo perdido. Os números de ontem, segundo o canhoto, foram: 5.838, 8.751, 0.736, 6.435 e 7.219. No canhoto distribuído anteontem, os mesmos números da Loteria Federal de quarta.

Dizem os jogadores, que segundas, terças e quintas, o jogo é "frio". Usava-se antigamente a expressão: feito debaixo da Ponte Preta, porque desconfiava-se que, no final da tarde, um dos "bicheiros" ficava sob a ponte e pegava cinco placas de carros que por ali passassem e, esse, era o resultado. Com a Loto, esta situação tenderá a mudar, pois todos os dias os números seriam "quentes".

"BICHO, LIVRE, DÁ UMA RENDA DIÁRIA DE DEZ MILHÕES

O jogo-do-bicho continua sendo uma das atividades mais lucrativas em Curitiba, estimando-se que sejam arrecadados, diariamente, mais de dez milhões de cruzeiros, através de uma rede de centenas de casas lotéricas, pontos em mercearias e bares e por milhares de "bicheiros". Em julho do ano passado, a Polícia Civil iniciou uma verdadeira "guerra" contra os contraventores, prendendo dezenas de "bicheiros", sem, no entanto, atingir diretamente os grandes "banqueiros" que ficam com a grande parte do lucro. Ao que tudo indica, com o Loto, não será alterado o panorama do jogo-do-bicho que continuará sendo praticado na clandestinidade. Muitos "bicheiros", que inclusive não fazem questão de esconder a sua verdadeira atividade, dizendo já ser uma tradição entre o povo brasileiro, lembram que o Loto não deve desbancar o bicho. Alegam que a vantagem deste jogo é que o acertador recebe no mesmo dia o dinheiro da aposta, enquanto que com a nova modalidade o jogador perderia um pouco do entusiasmo pela própria particularidade burocratizante. O jogo em Curitiba, na página 6.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção em ata do artigo publicado no prestigioso jornal "Gazeta do Povo", de nossa Capital, denominado na coluna o fato político, o Cidadão Paranaense Brizola vem aí receber o seu título.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1.980.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja inserido nos trabalhos desta sessão, o artigo publicado no jornal "Folha de Londrina", edição de 15/3/80.

Requer, outrossim, que do presente seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, ao Ilustríssimo Senhor Diretor do DETRAN, nesta Capital, bem como ao Ilustríssimo Senhor Diretor da "Folha de Londrina".

Sala das Sessões, em 17 de março de 1.980.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Os termos constante do artigo em pauta.

"DENÚNCIA DE CORRUPÇÃO NA CIRETRAN DE LONDRINA

Uma carta anônima, mimeografada e distribuída aos órgãos de imprensa de Londrina e a escritórios de despachantes, acusa abertamente o capitão Aparecido Rodrigues, chefe da 12a. Ciretran, de exigir propina para a obtenção de qualquer documento naquele órgão, bem como de instruir seus funcionários a só trabalhar diante do recebimento de gorjetas, de despachantes ou particulares, a ponto de "os que não colaboram são boicotados na tentativa de conseguir documentos". Ouvido na tarde de ontem o capitão refutou as acusações e disse que a carta é "uma denúncia irresponsável que partiu de alguém sem caráter, dignidade e ombridade." Disse, ainda, que só pelo fato de ser anônima, a carta não merece crédito. Por outro lado, alguns despachantes ouvidos sobre a denúncia deram diferentes opiniões. Uns não acreditam que as acusações sejam verdadeiras; outros acham que nem tudo é verdade; e há os que preferem nada comentar.

A CARTA

Justificando que pretendem "melhorar o atendimento na Ciretran" e por esse motivo tomaram a atitude de redigir o documento, os autores (ou autor) da carta anônima se identificam apenas como "um grupo de despachantes do trânsito de Londrina" e enfatizam que para melhor andamento do órgão, "é necessário que o diretor do Departamento Estadual de Trânsito deixe de apadrinhar o capitão da PM Aparecido Rodrigues". No entender deles, a ação do capitão é um "absurdo contra os direitos do cidadão".

As acusações começam apontando Aparecido Rodrigues como "uma pessoa má educada, que dirige palavras grosseiras e maltrata os que para ali se dirigem, e observa: "Tudo ali dentro funciona à base de propina. É gorjeta para todo lado" Há, inclusive, citação do nome de funcionários, como de "seu" Dito e Jônatas, acusados de exigir "bolas" para executar suas obrigações. Em certo trecho a carta diz que "o próprio capitão orienta seus funcionários para cobrar as propinas e força os interessados em dar entrada num simples processo de troca de modelo de carta de habilitação (que em Curitiba é feito pelo correio) junto a uma auto-escola que "esfoia" o cidadão e divide, depois, com o capitão". Acusa, ainda, que o capitão cobra Cr\$ 1.000,00, para conceder uma placa bonita".

FATURAMENTO

O documento apresenta alguns cálculos, dando conta do faturamento que o órgão levanta, ao final do dia, só em "propinas". E salienta: "Em cada certificado que o despachante dá entrada ele tem que pagar Cr\$ 40,00, sem exceção. Fazemos as contas: 200 certificados por dia, multiplicados por Cr\$... 40,00 - igual a Cr\$ 8.000,00. Imagine no final do mês". A carta dá conta, ainda, de que o DETRAN fatura uma base de 100 processos por dia, a Cr\$ 200,00 cada. Acentua que "quando o processo entra através da auto-escola, o DETRAN leva "bola", e quando entra diretamente, leva também, porque "um tal de Jônatas cobra uma taxa que varia entre Cr\$ 200,00 e Cr\$ 300,00 por processo". E esclarece: "Essa taxa é ilegal e indevida, porque o interessado já paga a taxa oficial no banco". E desafia: "Quem duvidar é só verificar junto às pessoas que trocaram suas carteiras de habilitação diretamente no órgão de trânsito e perguntar quanto pagou ao Jônatas".

DEFESA

O acusado, por sua vez, afirmou que não tem conhecimento de que esteja havendo essa conduta por parte dos funcionários do DETRAN e negou que esteja conivente com eles. Disse, entretanto, que "talvez a carta tenha algum item que seja verdade", mas ele não tem conhecimento: "Se acontece, é a revelia da direção". Em princípio ele nega as irregularidades denunciadas no documento, mas admite: "Vamos procurar descobrir se está havendo algum caso desses. Se for verdade, tomaremos as devidas providências."

Para ele, a carta não tem valor: "Uma pessoa que se esconde no anonimato é indigna de crédito". De posse dela, o capitão observou os tópicos e negou cada um deles. afirmou, por exemplo, que "não há boicote de documentos apresentados por despachantes: "o que ocorre é que o DETRAN impede de funcionar aqueles com a situação irregular com o órgão". Desmentiu que dá orientação para o recebimento de gorjetas, observando: "Seria infantilidade minha, se o fizesse". Quanto aos cálculos especificando o faturamento resultante das propinas ele refutou: "Gostaria de saber de onde tiraram isso".

O chefe da 12a Ciretran negou, ainda, que a lacração de placas só é feita diante do recebimento de propina e comenta: "Não tenho contato direto com o pessoal que usa o lacre e não sei se alguém recebe gorjeta, mas que se exige gorjeta é mentira. O que pode ocorrer é o freguês, por livre iniciativa, oferecer, mas não creio que ocorra a cobrança".

Aparecido Rodrigues defendeu-se, também, da acusação de que estaria fornecendo placas bonitas a Cr\$ 1.000,00. Comentou que a venda de placas não existe e que é cobrado apenas o preço justo. Lembrou que, anteriormente, quando assumiu, em setembro do ano passado, os despachantes vendiam placas consideradas bonitas - para ele não existe placa bonita ou feia - principalmente com o final 0.

Eles vinham até o DETRAN, relacionavam placas constando determinados números e mandavam confeccionar. Essas placas eram vendidas a clientes dos despachantes", mas, segundo o capitão, agora, nem mesmo essas são negociadas.

Em síntese, o responsável pela 12a. Ciretran comentou que a carta contém "apenas dados infundados" e que o autor, ou autores, deveriam apresentar provas concretas e afirmou: "Sinto que tenha sido anônima, porque quando uma pessoa assume uma atitude como essa, tem que se responsabilizar por ela".

DÚVIDAS

Ouvindo sobre a carta, o despachante Luís Romero, (rua Guaporé, 931) comentou a princípio, que ali havia muita mentira, mas verdade também. Depois, disse que nada tinha a declarar e que nunca vira ninguém cobrar propina no DETRAN. Para ele, pode haver gorjetas para facilitar o serviço, caso o interessado queira, mas não que ela seja exigida. Simiel Rodrigues, funcionário do Escritório do Peru, também

na Guaporé, disse que pode estar de acordo com o que diz a carta. Mas acentuou: "Não sei, a gente houve comentários".

Inácio Despachante da rua Araguaia, não fez rodeios e afirmou: "É mentira. Só pelo fato de ser anônima, a carta é um crime por natureza". Segundo ele, "o capitão Aparecido pode ter até os seus defeitos, mas não existe nada disso". Eugênio Despachante, que tem escritório em frente à 12a Subdivisão Policial, foi taxativo: "Não sei de nada. Não desminto, nem aprovo".

Uma repórter da FOLHA teve que pagar Cr\$ 150,00 como "taxa de urgência". Sem ela, a carteira de habilitação "poderia demorar muito em Curitiba".

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 17/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná a Sua Santidade o Papa JOÃO PAULO II.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1.980

(a) ADALBERTO DAROS.

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário seria justificar a proposição em tela, todavia, sendo o Estado do Paraná o agregador da maior colônia polonesa do Brasil, e em razão da origem de Sua Santidade, justifica-se plenamente a medida.

PROJETO DE LEI N.º 18/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ARNALDO JANSEN" — Ensino de 1.º Grau, com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1.980.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação estadual, federal e pertinente à matéria, e tem por objetivo prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições e eficiência escolar, apresentar os interesses da comunidade e dos pais de aluno junto à direção do estabelecimento, contribuindo para as necessidades dos planos curriculares.

Por esta razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos Senhores Deputados, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A data de hoje marca a passagem do 45.º aniversário de inauguração do Porto de Paranaguá, Antonina.

Mas, para evitar prejuízos ao trabalho normal, a Administração do Porto antecipou para ontem, domingo, as comemorações da efeméride."

O Governador Ney Braga pessoalmente foi prestigiar o evento, que quase coincide com a data do seu primeiro ano de

mandato, acompanhado do Secretário dos Transportes Nivaldo Almeida Neto e, também dos ilustres Secretários da Indústria e do Comércio e da Segurança Pública, ao lado do nosso companheiro Deputado Norton Macedo.

Os festejos visaram, principalmente, o conagração e a alegria dos funcionários, servidores e trabalhadores que operam no Porto, eles que têm sido, através dos tempos, a mola mestra que impulsionou o Porto, para a grandeza e o progresso, nesses quarenta e cinco anos de existência.

Estivemos lá, identificados com a alegria dos portuários, como seu legítimo representante, há tantos anos, nesta Assembléia, para levar o nosso abraço ao superintendente Luiz Antônio Pinho e aos diretores Joaquim Tramuja Filho e Willian Falcone, assim como a cada portuário que conosco tem comunicado, sempre, no trabalho e na luta para que o nosso maior porto se torne cada vez mais importante no contexto econômico nacional.

Testemunhamos uma justíssima e eloquente homenagem dos portuários a esse grande Governador e Líder que é Ney Braga. Recebeu ele, da classe portuária, o título de "Portuário n.º 1". E, falando em nome dos que mourejam naquela colméia de trabalho, o advogado Hugo Pereira Corrêa, que viu e viveu o início da construção do porto há quase 50 anos, retratou com nitidez os momentos de crise e quase falência que marcaram a vida do porto na década de 50 e início da década de 60. Foi quando Ney Braga chegou ao Governo do Estado pela primeira vez e, desde logo, fez com que o Porto se recuperasse e começasse uma nova era de modernização e competitividade no mercado exportador do País.

Hoje, Paranaguá é um dos maiores portos nacionais e oferece serviços eficientes e quantos lá operam quer com a exportação quanto com a importação.

Anualmente, o nosso maior Porto contribui com, pelo menos, vinte por cento da receita cambial brasileira e seu papel, diante das prioridades estabelecidas pelo Governo João Figueiredo, assume ainda mais importância na atualidade.

É um momento em que exportar é a grande meta para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos e, sobretudo, para o combate aos índices da inflação.

Porisso, a data de hoje deve ter, não só para os paranaenses como para toda a coletividade paranaense, significado especial. Pois Paranaguá é o ponto para onde convergem todos os esforços da nossa agricultura e da nossa, ainda, incipiente indústria de transformação de produtos primários. Por ali se escoam, rumo ao exterior ou mesmo aos mais distantes portos da nossa própria Costa, os alimentos que o Paraná a cada ano produz, num exemplo notável de participação para a grandeza e prosperidade do País.

Sinto, como nativo de Paranaguá e do Paraná, uma alegria insuspeita e orgulho indissociável ao falar do nosso Porto. E sou levado a lembrar um pouco da sua remota história. Recordo, por exemplo, que a 23 de maio de 1.917, pelo Decreto n.º 12.477 do então Presidente Wenceslau Braz, o Estado do Paraná foi autorizado a executar as primeiras obras do Porto de Paranaguá. Posteriormente, já no Governo de Arthur Bernardes, aquele Decreto foi modificado por outro, de n.º 16.843, já a 27 de março de 1.925. As obras então autorizadas constavam de dragagem do canal da barra Norte; dragagem no cáis para 8 metros; construção do cáis de atracação e muralha de cáis acostável de 550 metros.

O início da execução dessas obras foi assinalado durante o Governo do eminente paranaense Caetano Munhoz da Rocha, em 1.926.

Mas, com a Revolução de 1.930 viria a ocorrer a paralisação das obras, que seriam retomadas em 1.933, quando ocupava o Governo o então Interventor Manoel Ribas.

A 17 de março de 1.933 ocorreria, finalmente, a inauguração do Porto, com a presença de Othon Maeder, represen-

tando o Interventor e do Capitão de Mar e Guerra Durval Teixeira, comandante do navio escola "Almirante Saldanha".

Hoje, passados 45 anos, o Porto tem uma história rica em contribuição para o progresso do Estado e do País.

E nessa senda de luta, trabalho, progresso e grandeza, muitos se foram, deixando o exemplo de dedicação e lealdade à causa portuária e são credores, para sempre, da nossa gratidão e dignos da nossa saudade.

Cada portuário, assim como cada estivador, arrumador, consertador, conferente, vigia, motorista ou ensacador, e, também, cada agente de navios, comissário de despachos, exportador ou importador, enfim, toda a gama de trabalhadores no mais amplo sentido da palavra, que contribuem para o eficiente funcionamento do Porto merecem, de todos nós, a mais calorosa homenagem nesta data.

Estamos vivendo, sem dúvida, uma época em que os problemas sociais se avolumam, face às reivindicações de todas as classes. Mas, felizmente, em nossa área portuária de Paranaguá, o clima de entendimento entre trabalhadores e autoridades é de um nível extraordinário. Respeito e diálogo fazem o dia-a-dia entre as autoridades portuárias, a Delegacia do Trabalho Marítimo e as classes trabalhadores. Esse é, pois, outro ponto significativo da grandeza do Paraná. Vive, sobretudo, de homens que têm o progresso do País como objetivo maior.

Por tudo isso, orgulho-me do Porto de Paranaguá e, creio, também os meus nobres Pares, vivem comigo esse momento de ufanismo justo e verdadeiro.

Quero, pois, prestar as minhas homenagens, desta tribuna, aos portuários e cumprimentar o Governador Ney Braga, o Secretário dos Transportes Nivaldo Almeida Neto, os Diretores do Porto, Luiz Antônio Amatuzzi de Pinho, Joaquim Tramuja Filho e Willian Falcone, assim como a alta direção da PORTOBRÁS, representada pelo seu Diretor Presidente, Arno Oscar Markus.

Porém, com o maior respeito a todos os que dirigem e administram o Porto, quero que a minha principal homenagem, neste momento, seja para o anônimo operário que, no interior dos armazéns ou no fundo dos porões de navio, faz, a cada dia, a história grandiosa do Porto de Paranaguá."

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa a Vossa Excelência que tem mais um minuto para concluir.

O SR. NELSON BUFFARA — Muito obrigado.

Passo a um segundo assunto. Paranaguá e todo o litoral, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi assolado por chuvas intermitentes, de grande porte que caíram sobre toda a região.

Estado de quase calamidade pública, naquela região toda, principalmente na Colônia Pereira, onde os três pontilhões que ligam a Colônia Pereira a Paranaguá, foram levados pela enxurrada, que subiu ao nível jamais anteriormente atingido. E nós, hoje pela manhã, em função de um apelo feito pela rádio local, a "Rádio Difusora de Paranaguá", estivemos com o Sr. Eleutério Dalazen, da FAMEPAR, que hoje mesmo, nesta tarde, asseverou-nos e prometeu-nos que um engenheiro seria encaminhado a Paranaguá e ao Litoral todo, para constatar os estragos provocados pelas enchentes, pelas chuvas. E, principalmente, na Colônia Pereira, para a restauração das três pontes.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Desejamos desta tribuna dirigir aos altos escalões governamentais o nosso apelo para a dramática situação em que se encontram os produtores de soja da região que representamos nesta Casa, justificadamente apreensivos com o problema do

escoamento de suas safras. As chuvas que castigam há quinze dias Cascavel e municípios vizinhos, deixaram um quadro desolador: pontes caídas, bueiros arrastados pela correnteza das águas e a erosão do leito das estradas vicinais impedindo o trânsito até de carros de pequeno porte. O problema atingiu tal gravidade que o Prefeito em exercício em Cascavel, Sr. ASSIS GURGACZ, teve de mobilizar todos os recursos disponíveis para enfrentar a difícil situação e, após um levantamento das áreas assoladas, reuniu seus principais assessores e técnicos que aconselharam a decretação de "ESTADO DE EMERGÊNCIA" em todo Município de Cascavel.

Os prejuízos são de tal ordem que a Prefeitura não terá condições de suportar, sozinha, esse gigantesco esforço para recuperar as vias de comunicação por onde as safras - consideradas recordes nos últimos anos - serão transportadas pelas rodovias-eixos do sistema viário estadual e nacional, estão em risco de apodrecer no campo. O "ESTADO DE EMERGÊNCIA", aconselhado pela comissão de defesa civil de Cascavel, levou em conta que existem pelo menos cinco milhões e trezentas mil sacas em fase inicial de colheita e há necessidade de se construir 109 bueiros, 74 pontes, além da recuperação de 357 km de trechos rodoviários dentro da malha municipal que corta as fazendas de soja.

O próprio Ministro da Agricultura, Sr. AMAURY STABILE, confirmou que no Paraná cerca de vinte e cinco por cento da safra deste ano estará perdida devido as deficiências no sistema de escoamento, enquanto o chamado Grupo Executivo de Movimentação de Safra continuava viajando pelo Brasil, procurando detectar possíveis gargalos para sugerir medidas que reduzam, ao mínimo, as perdas que, desde já se sabe, serão elevadas. Some-se essa pessimista previsão às intempéries que surpreenderam nestes últimos dias, com fortes temporais, uma região carente de vias de comunicação, o que nos leva a propor aos governos federal e estadual, urgentes providências para ajudar nos esforços que o Município de Cascavel já está promovendo, mas para os quais lhe faltam recursos financeiros e técnicos. Temos de aliar tudo isso ao fator tempo, em vista de que as safras já estão sendo colhidas.

Todos sabemos dos esforços governamentais em favor da agricultura: No ano passado foram investidos em torno de cem milhões de cruzeiros numa intensa campanha de mobilização, para compensar, com safras recordes, as lamentáveis perdas de três anos seguidos de prolongado abandono desse importante setor econômico, ainda assolado por terrível estiagem. Também o Conselho Monetário Nacional já aprovou um orçamento de duzentos e quarenta e sete bilhões de cruzeiros destinado ao financiamento da agropecuária. Tudo isso tem sido feito para alcançarmos as cinquenta milhões de toneladas previstas nos planos oficiais, o que ajudará o Brasil no reequilíbrio de sua balança de pagamentos.

Mas a estrutura de transportes não está completa, carecendo ainda de maior atenção, como comprova a situação crucial em que se encontram as vias vicinais do Município de Cascavel e de ampla região do oeste paranaense.

Já que nos faltou a previsão indispensável e sabendo-se que para o próximo ano haverá necessidade de elevar ainda mais a produção agrícola, urge medidas prontas para salvar a supersafra do oeste.

Deixo aqui, Sr. Presidente, este apelo em nome de prefeitos, empresários e, principalmente dos lavradores da nossa região, visivelmente apreensivos em não poder escoar sua produção, fruto de obstinado trabalho realizado para responder à convocação do próprio Governo, que está agora no dever de salvar as safras agrícolas consideradas derradeira esperança nacional."

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente, concedo a

palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Como nem tudo na vida é perfeito, existem perguntas que deixam a gente intrigado. Por exemplo: quem vigia o vigilante? É uma pergunta; a outra: quem pesquisa o pesquisador? E a terceira: quem chuta o chutador? Para esta, eu tenho a resposta.

Nos lembramos disso hoje, Sr. Presidente, porque pretendíamos abordar exatamente um tema que trata de pesquisadores, de vigilância, e do chute.

Acontece que o nobre Deputado Nilso Sguarezi, um dos Deputados que eu mais respeito e estimo nesta Casa, em recente, veemente e improcedente manifestação, abordou a dispensa de funcionários que alega, ocorridas no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social, o IPARDES, fazendo algumas observações, que merecem esclarecimentos. Esclarecimentos, principalmente no tópico em que Sua Excelência, com toda a convicção de um Beckenbauer, acreditou ter lavrado histórico tento, ao afirmar que, entre os notificados para a demissão do IPARDES, encontrava-se uma sobrinha do futuro Presidente do ARENÃO — aliás, aí não é ARENÃO, é PDS, ARENÃO não existe mais - encontrava-se uma sobrinha do futuro Presidente do PDS, cuja demissão, dias depois, ficou sem efeito, tão logo a jovem funcionária apresentou suas credenciais de parentesco.

Bom, das duas, uma: ou o nobre parlamentar da Oposição chutou vento, ou marcou gol contra.

Entende-se que, como futuro Presidente do ARENÃO, referiu-se Sua Excelência o Senhor Deputado Nilso Sguarezi, ao Deputado Federal Norton Macedo.

Ora, existir uma senhora com sobrenome MACEDO na presumida lista de dispensa do IPARDES, desde logo já autorizou o nobre Deputado Nilso Sguarezi a inventar um parentesco - vejam que prato para ele - com o futuro Presidente do PDS.

Ocorre que, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que o Deputado Norton Macedo, possui apenas 9 sobrinhos, e nenhum deles, por sinal, é funcionário público.

É um sinal de que o Deputado Norton Macedo não usa influência política nem para manter empregos, nem para empregar.

Certamente o nobre Deputado Nilso Sguarezi, equivocou-se de Deputado. Deve ter sido isso.

Deve verificar agora com mais atenção e com mais tino, que aliás não lhe falta, nunca lhe faltou, se a referida senhora, não seria, por acaso, talvez, parenta do nobre Deputado Federal Osvaldo Macedo.

Essa verificação seria fácil, considerando tratar-se de correligionário do nobre Deputado Nilso Sguarezi. Macedo por Macedo, que fiquem os dedos. Pode ser que seja do nobre Deputado Osvaldo Macedo, que do Norton não é, e caso o parentesco eventualmente se confirme, solicitamos então que o nobre Deputado volte às acusações, desta feita, com fundamento, e a elas daremos todo o apoio.

Nós não pretendíamos entrar no mérito, das alegadas dispensas do IPARDES, por não dispormos de elementos concretos sobre o assunto e não ser do nosso feitio chutar no vento. Entretanto, como fizemos a pergunta, quem pesquisa, pesquisador, peço aos Srs. Deputados, atenção para um detalhe.

Alega-se que o volume de dispensas atingiria a perto de 70 funcionários do IPARDES. Nós valorizamos e muito, o trabalho que vem sendo desenvolvido por aquele instituto, mas me assalta uma dúvida: se um órgão de tal natureza perde 70 funcionários e não esvazia, não seria este o sinal de que existia excesso de servidores? Claro que havia.

Agora, se dispensa não houvesse, tem outra também, hein? Olha, ser de oposição é melhor coisa do mundo, porque

chuta de qualquer maneira, prende-se tem cachorro, prende por não ter cachorro e assim. Ser da oposição é bom, bom mesmo, porque se não houvessem as dispensas e houvesse no caso, excesso de funcionários, dia haveria em que alguns dos nobres Deputados da oposição, exigiriam maior economia de recursos públicos no IPARDES.

São assim as coisas da vigilância, da pesquisa e do chutômetro. Tenho em mãos, um ofício de n.º 194/80, do Diretor Presidente do IPARDES, que diz o seguinte:

“Tendo em vista pronunciamento realizado nesta Casa, a respeito de demissão de funcionários na Fundação IPARDES, temos a informar o seguinte: o desligamento de alguns técnicos se deu única e exclusivamente, em função da necessidade de serem reduzidos os custos operacionais da entidade, bem como para que se pudesse melhor adequar os trabalhos, às reais demandas dos órgãos de ação setorial do Governo”.

Dois técnicos desligados. Nenhum deles foi reconduzido por qualquer motivo. Está aí evidenciado o chute dado pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi, a quem rendo as minhas homenagens, respeito como um dos mais brilhantes Deputados desta Casa.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Esta Presidência solicita do Sr. Deputado Fuad Nacli, 3.º Secretário, que tome assento à Mesa.

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou enviando à Mesa, dois requerimentos. Um deles, peço voto de pesar pelo falecimento do bancário Sílvio de Luca. Esse rapaz, trabalhou comigo há algum tempo atrás e divulgava a Gravadora Copacabana aqui no Paraná, tendo trazido, por diversas vezes, talentos ao nosso Estado, como Ângela Maria, Benito Di Paula e tantos outros cartazes, e Sílvio de Luca desapareceu prematuramente, aos 27 anos incompletos, assassinado cruelmente, brutalmente, por marginais que tomaram conta da cidade. Ele foi vítima de dois perigosos assassinos que o balearam mortalmente. Então, nós solicitamos aos companheiros de Casa esta homenagem póstuma a mais uma vítima da violência, um moço brilhante, um moço elegante, um moço dinâmico e que infelizmente vai servir apenas de dado estatístico. Nós registramos com pesar este desaparecimento e alertamos à Casa, porque o que está acontecendo é um fluxo muito grande de marginais, de bandidos ao nosso Estado. A polícia do Estado do Mato Grosso já está mantendo ações para prevenir este tipo de poluição, nós esperamos também que aqui a polícia fique alerta, porque o aparecimento de Mão Branca no Estado do Rio de Janeiro, fez com que os bandidos da Baixada Fluminense passassem a debandar em grande número para outros estados. O que nós estamos sentindo é que o Estado do Paraná também vem recebendo um grande número de marginais, esses marginais estão vindo, são oriundos do Rio de Janeiro e principalmente da Baixada Fluminense, com medo do tal Mão Branca eles acabam aqui chegando e praticando toda a sorte de bandalheiras, de roubo e de assassinatos.

O outro requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o pedido da formação de uma Comissão Especial de Deputados, para acompanhados de uma equipe técnica legislativa, estabelecer alterações no atual Regimento Interno desta Casa. Como sabemos, a implantação do pluripartidarismo fez com que o Regimento atual ficasse totalmente superado. Já no ano passado, no dia 24 de abril de 1.979, dei entrada nesta Casa, pedindo a formação desta Comissão Especial, mas as lideranças dos extintos MDB e ARENA não levaram ao conhecimento da Mesa os representantes destes partidos, conseqüentemente, a comissão não foi formada na ocasião, em abril de 1.979, ocasião em que o Regimento já estava superado. Porque o

Regimento desta Casa, foi elaborado em dezembro de 1.960, agora então, com a implantação do pluripartidarismo se fez ainda mais do que nunca necessária a regulamentação do Regimento Interno dentro do condicionamento atual, dentro da realidade. Nós apontamos inclusive, diversas falhas nesse Regimento, logo no seu título, o título da Constituição da Assembléia, o capítulo abre com as sessões preparatórias, não fala da sede do Legislativo, não fala também da Legislatura. Não existe fixação para início e encerramento da sessão legislativa ou do período legislativo, não existe data de início e encerramento. Não contém o nosso Regimento qualquer artigo com referência às sessões legislativas extraordinárias, não existe um capítulo que fale sobre a posse, direitos e deveres dos Srs. Deputados, não existe um ordenamento adequado para este assunto, que vai merecer artigos e parágrafos, certamente. Não existe nenhuma norma regimental que discipline o trabalho de lideranças nesta Casa. Pelo menos cinco artigos cabem ao assunto, a oficialização inclusive do cargo de Vice-Líder, que oficialmente, legalmente, não existe. A indicação de nomes para as Comissões através de Liderança. A liderança do Governo, regimentalmente inexistente, ainda definir com maior clareza os poderes do Presidente.

O Presidente tem que ter realmente seus poderes aqui nesta Casa, claros e definidos. Definir a autoridade do Presidente, assegurando-lhe a palavra no exercício da função, durante as sessões plenárias, não podendo ser interrompido ou aparteado até que complete seu pensamento. Não foi uma nem duas vezes que nós notamos nesta Casa o Presidente ser interrompido ou contestado e isso não pode acontecer, tem que ser fixado em Regimento. Sugerir a criação de uma Comissão de Economia e também englobamento das Comissões de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Fixar uma obrigatoriedade de participação dos Deputados em pelo menos uma Comissão Permanente da Casa. Não tem cabimento que um Deputado não participe em pelo menos uma Comissão. Ele não pode ser omissor. Ele tem que participar em pelo menos uma Comissão, exceção dos membros da Executiva. “Não podendo, todavia, pertencer a mais de três como titulares”.

Não existe nenhuma matéria falando sobre a competência dos presidentes nas Comissões. Falta oficializar também o cargo de Vice-Presidente.

E ainda dividir em artigos, quanto às Comissões: problema de reuniões, de trabalhos, vagas, impedimentos e Pareceres.

Não existe nada falando sobre sessão solene no Regimento. E, visando um melhor ordenamento, criar artigos definindo “Uso da Palavra” e “Tempo de Uso da Palavra”.

Fixar no assunto “Questão de Ordem”. “Não poderá ser formulada nova questão de ordem havendo outra em pendência de decisão”.

Várias vezes notamos que um Deputado levanta questão de ordem, em seguida outro levanta outra, e aí provoca o tumulto e nós pedimos então esse ordenamento. E criar um artigo que possibilite a declaração de voto, com tempo de cinco minutos para a justificativa desse voto. O que nós notamos é que muitos Deputados depois do seu requerimento ser negado, ou ser aprovado, ele não pode declarar o seu voto, ele não pode justificar o seu requerimento depois de uma decisão.

Então ele tem que ter naturalmente pelo menos cinco minutos para ou agradecer aos Deputados que aprovaram o documento, ou então contestá-los.

Mas, para finalizar, Sr. Presidente, fixar ainda a destituição da Mesa e “Concessão de Títulos de Cidadania Honorária”, que não está fixado no nosso Regimento.

Então são vários artigos, vários itens que nós podemos naturalmente em conjunto nesta Comissão, e ainda contando com a assessoria que é muito importante, técnica-legislativa desta Casa, elaborar um novo e completo Regimento Interno.

Muito obrigado, ilustre e grande Presidente.—(Sem revisão

do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos vindo de Londrina, onde pudemos sentir junto à população daquele município os reflexos terríveis da terrível denúncia de corrupção na Ciretran de Londrina.

Tanto é verdade, que depois de uma carta anônima que teria sido feita, e com uma divulgação através da emissora de televisão e com o destaque na "Folha de Londrina", edição do último sábado, dia 15, com o título "Denúncia de corrupção na Ciretran de Londrina", entendemos que deveríamos comparecer a esta tribuna, apreensivos, preocupados, procuramos depois da divulgação desta matéria colher algumas informações junto a despachantes, junto a elementos que têm vinculações com o serviço de trânsito, e a grande verdade é que, mais uma vez, se confirma aquele velho adágio, "Onde há fumaça há fogo". Só parece que lá há um fogareiro, é um prenúncio de verdadeira festa junina.

Mas a nossa preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é vir à tribuna para tão somente formalizar uma denúncia porque não temos a denúncia para fazê-la. Encontramos naqueles com os quais falamos e especialmente os despachantes, uma série de argumentos e informações, inclusive de como são feitas as terríveis caixinhas, desde que o Capitão Aparecido Rodrigues, depois de muita luta que ele mesmo desenvolveu correndo atrás de políticos, conseguiu chegar à situação de Diretor da Ciretran de Londrina.

Mas estes mesmos despachantes encontram dificuldades para que possam prestar um depoimento, amedrontados que estão por tanta insegurança que realmente está existindo neste Estado do Paraná, com referência a detentores de cargos que podem ser também passageiros e demissíveis.

Preocupamo-nos então, em fazer um apelo para que o Sr. Secretário da Segurança Pública deste Estado, tomando conhecimento desta denúncia tome todas as providências, que determine sindicâncias em Londrina, porque a verdade é que no mesmo noticiário que foi inserido no jornal, além das denúncias, além da defesa do Capitão Aparecido Rodrigues, existem também vários depoimentos, inclusive de despachantes, colocando em dúvida e dizendo que existem certas coisas ditas corretamente e outras, ditas incorretamente.

Lembro-me, quando saiu o último Diretor da Ciretran de Londrina, e que então Curitiba talvez, ainda não avisada de que havia um trabalho político para se enviar alguém para Londrina, decidiu encaminhar para Londrina um antigo funcionário do DETRAN da Capital. Homem que não tinha nenhuma ligação política e que fora para lá, única e exclusivamente para colocar as coisas nos seus devidos lugares e exercer com dignidade a função.

Foi uma época em que se iniciou um trabalho terrível de várias frentes políticas interessadas na presença do Capitão Aparecido Rodrigues que trabalhou bem, diga-se de passagem, e acabou conseguindo abiscoitar a função.

Agora o que é preciso é que em nome do próprio interesse da gente do Paraná, do próprio interesse da moralidade pública, é preciso que a Secretaria da Segurança dê uma explicação. Não uma explicação com notas inseridas no jornal em defesa do Capitão ou de quem quer que seja. Mas que determine que em Londrina sejam devidamente apurados todos os fatos, todas as denúncias feitas, para que possamos, afinal das contas, saber em que mãos realmente está depositada a Ciretran de Londrina; se a "caixinha" é grossa, se tem muita gente na "caixinha" ou se pode ainda falar em moralidade pública.

Era o nosso alerta, desta tribuna, honestamente, apenas com a preocupação; porque sabemos que em outros municí-

pios vizinhos também vão estourar outras notícias, ainda e lamentavelmente, nas áreas de serviço de trânsito.

Apenas isto, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao último orador inscrito, nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A sanha dominadora do Governo que se instalou no Paraná, no seu voraz apetite por conquistas menores, abriu baterias contra fileiras da Oposição. A coação e a sedução, de mãos dadas, articuladas com a violência e a corrupção, encontrando fiéis manejadores, alguns entre seus áuricos nesta Casa, não suportando a presença do MDB em algumas administrações municipais, sai a trote por todo o Estado, batendo em muitas portas, falando com muita gente.

A ladainha da sedução tem sido a mesma. O oferecimento de toda a sorte de favorecimentos, que servindo tão só para a abastada conquista e nela se esgotando, se o passado se repetir, cria na mente apequenada e perturbada do seduzido, como num passe de mágica, milagres administrativos. Paraísos de concessões, travestindo a incompetência e a inépcia do administrador, capaz e fecundo.

É verdade e a verdade seja dita. Pouco se sabe ainda se se tem contentado exclusivamente a esta órbita; porque algumas vezes o apetite de um lado tem o condão de tornar alguns ainda maiores e menos confessáveis do outro lado, mas que enfim, para lograr o objetivo, acabam na vala comum das atitudes reprováveis.

O Palácio Iguaçu é o quanto se afigura, mais uma vez se afigura, mais uma vez se diminui, se amesquinha. Aliás, outra vez dá a público a sua mais autêntica imagem: estatura reduzida, volume murchado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Quando uns se sentem na obrigação de justificar, queremos em nome do direito de explicar, que sempre nos impeliu nas fileiras da OPOSIÇÃO BRASILEIRA, dizer o que pensamos da tão decantada reformulação partidária.

Nossa homenagem aos ex-colegas que com idealismo e coragem cívica permanecem fiéis ao compromisso oposicionista. Mesmo abraçando nova legenda partidária, não se postaram na sombra embriagadora do poder. Altivos permanecem ao relento, enfrentando como sempre o fizeram o sol, não para adorá-lo, mas como águias de vôos mais intrépidos, desafiando porque não nasceram para a penumbra e benesses do poder.

A estes nosso respeito e nossa admiração.

Aliados das causas populares, lutaremos junto a luta dos opositores. Da mesma trincheira democrática e pelo mesmo ideário, é forçoso reconhecamos legitimidade nas opções assumidas.

Conveniente se destaque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada de pessoal nos mover, para as afirmações e explicações que pretendemos sejam uma contribuição pedagógica até, às gerações futuras e mesmo a nós neófitos da arte política.

A razão deste discurso, pensado e meditado, está no fato simples para o governo, mas complexo para a oposição, das notícias e comentários que se ouvem pelo incrível Brasil de hoje. Dizem os jornais "Laertes Vieira, ex-Líder da Oposição nomeado Procurador do Estado, filia-se ao Arenão". Dão conta os comentários e boatos de que outros integrantes da oposição de ontem, adesistas de hoje, receberam empréstimos, outros receberão cartórios e outros publicidade oficial.

Verdade ou não, o adesismo se instalou oficialmente também no Paraná. A cada adesão anunciada, sempre com destaque e com ampla badalação oficial, é uma queda nas fileiras da oposição e especificamente às fileiras do PMDB.

Porque perde filiados o PMDB?

Porque o arenão está esvaziando o seu rival?

Expliquemos esta situação. Façamo-lo, contudo, não com a inexperiência dos neófitos em ciência e arte política que somos, mas com os ensinamentos e as palavras dos mais experimentados.

Expliquemos com as palavras de um ex-Líder oposicionista que, desta mesma tribuna, assim ensinava:

"O MDB é um partido de portas abertas, único preço que exige para ingresso é, tão só, afinidade com sua doutrina, a fidelidade ao seu programa, a identificação com o seu ideal.

E isto é tanto.

Patrioticamente grandioso, historicamente relevante, quanto profundamente sacrificial.

Grandioso porque tem a Pátria como objetivo maior da sua ação que, exercida como tem sido, se apresenta, insubstituivelmente, salutar na manutenção de uma oposição aguerrida e disposta, mas pacífica e ordeira, integrada historicamente com o espírito do nosso povo. Mas, inevitavelmente sacrificial, pois se seu arsenal para combate é um conjunto das idéias de liberdade, de democracia, de justiça, de equidade, tantas incompreensões tem enfrentado, tantos interesses tem contrariado, tantos poderes tem arrostado.

Em verdade, fácil é ingressar.

Difícil é permanecer, e lutando.

Os que ficam e que estão, tem oferecido uma demonstração, civicamente eloquente, de coragem, de firmeza de dignidade, e antes de tudo, de amor a este Brasil, liberto e nosso, de sentimento de povo, sofrido e esperançoso, conscientizados de que esta é uma luta que é preciso ser lutada, certos de que é necessário e útil ficar, até a última ação, até enquanto houver uma palavra para ser dita" (DISCURSO Dep.: ENEAS FARIA - 01-06-77).

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência me permite, apenas, para lembrar talvez a Vossa Excelência e ao Plenário, que este discurso feito pelo ex-Deputado Enéas Faria, dizia respeito à passagem do Prefeito de Morretes, Sr. Darcy Pinto, do MDB para a ARENA.

Apenas para que se deixe bem claro.

O SR. NILSO SQUAREZI — Obrigado, Sr. Deputado.

Palavras de um verdadeiro oposicionista, que fica, continua e lutará, Ulisses Guimarães. (Continua lendo):

"Somos, como já disse nosso Presidente Ulisses Guimarães, somos todos cruzados da mesma cruzada. Dispensável, assim, pretender convencer o convicto, converter o cristão, predicar a virtude da liberdade a liberais, que pela fé republicana pagam até o preço de riscos e sofrimentos.

A verdade poderá ser temporariamente ocultada, nunca destruída. O futuro e a história são incensuráveis".

E nosso ex-líder nesta tribuna explicava:

"Porque ficar é resistir, em favor, de tudo isso, na certeza correta de que haverá, nesta terra, de alvorecer um novo amanhã, onde brilhará o sol da solidariedade, encimando todos os propósitos, iluminando todas as ações, gerando uma duradoura era, alicerçando a dignidade de viver.

Porque tudo isso, por nossa Terra e por nossa gente, ficar é arriscar o mais belo risco.

E continuava afirmar a nossa ex-liderança ...

"O MDB é um partido de portas abertas.

Tantos nele tem ingressado, quase todos têm permanecido.

Aos tíbios, aos fracos, aos oportunistas, aos falseadores, aos mercenários, aos que formam nas legiões que buscam os interesses pessoais, as satisfações exclusivas, aos que não alimentam amor à Pátria e a solidariedade ao próximo, a esses não é lícito ficar.

E nem é preciso, no mais das vezes, que se apresse o afastamento. Por si sós, desintonizados com os companheiros, distanciando-se a cada momento, acabam por ir-se, buscando

quaisquer outras plagas e quaisquer outras conveniências, onde medrem a mesquinha, o compadrio, o favorecimento, as facilidades, enfim, onde o seu espírito e o seu caráter, lamentavelmente, ainda mal formados, encontram afinidade, vibram no mesmo diapasão".

Perdemos pela caminhada aqueles companheiros que como aves de arriação, ante um novo inverno, buscam novas companhias. Para muitos destes, como ensinam os PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DO SIÃO.

"... palavra de ordem é: força e hipocrisia.

Somente a força pode triunfar na política, sobretudo se estiver escondida nos talentos necessários aos homens de Estado. A violência deve ser um princípio; a astúcia e a hipocrisia, uma regra para os governos que não queiram entregar sua coroa aos agentes de uma nova força. Por isso, não nos devemos deter diante da corrupção, da velhacada e da traição, todas as vezes que possam servir às nossas finalidades. Em política, é preciso tomar a propriedade de outrem sem hesitar, se por esse meio temos de alcançar o poder".

E os SÁBIOS DO SIÃO, que combatem a moral cristã, explicitam muito bem suas conquistas, porque como eles mesmos dizem. "Nosso triunfo foi ainda facilidade pelo fato de, nas nossas relações com os homens de quem precisamos, sabemos tocar as cordas mais sensíveis da alma humana: o cálculo, a avidez, a insaciabilidade dos bens materiais, todas essas fraquezas humanas, cada qual capaz de abafar o espírito e a iniciativa, pondo a vontade dos homens à disposição de quem compra sua atividade" (OS PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DO SIÃO, pgs. 14 e 16 - Ed. ELISEO LTDA).

Sou compelido a repetir palavras já ditas desta mesma tribuna, eis que elas encerram fantástica atualidade, quando diziam ...

"Senhores, a sanha dominadora do Governo que se instalou no Paraná, no seu voraz apetite por conquistas menores, abriu baterias contra as fileiras da oposição.

A coação e a sedução, de mãos dadas, articuladas com a violência e a corrupção, encontrando fiéis manejadores, alguns entre seus áulicos nesta Casa, não suportando a presença do MDB em algumas administrações municipais, sai a trote por todo o Estado, batendo em muitas portas, falando a muita gente.

A ladainha da sedução tem sido a mesma: O oferecimento de toda a sorte de favorecimentos, que servindo tão só para a bastarda conquista e nela se esgotando - se o passado se repetir - cria na mente apequenada e perturbada do seduzido, como num passe de mágica, milagres administrativos, paraísos de concessões, travestindo a incompetência e a inépcia no administrador capaz, probo, fecundo. É verdade e a verdade seja dita, pouco se sabe ainda, se se tem contentado, exclusivamente, a esta órbita, porque, alguma vez, o apetite de um lado, tem o condão de tornar alguns ainda maiores e menos confessáveis do outro lado, mas que enfim, para lograr o objetivo acabam na vala comum das atitudes reprováveis.

O Palácio Iguaçu, ao quanto se afigura, mais uma vez se diminui, se amesquinha, aliás, outra vez, dá a público, a sua mais autêntica imagem: estatura reduzida, volume murchado.

O tempo, precioso e caro, para gerir a coisa pública, é malbaratado nos conchavos; a inteligência, existindo, que devia voltar-se para grandes investidas, se estiôla nos conciliábulos; a energia, que devia ser concentrada nas obras de relevo, que ainda não vieram, se desperdiça no vai-e-vem das manobras envolvidoras. Tudo para inchar-se. Tudo para subir as curvas das estatísticas, quase sempre enganosas. Tudo, para que afinal, se festeje, efemeramente, o "mais um". Esquecidos, talvez, de que se avizinha a hora de que nesse jogo haverá regras de descência e de honradez, de dignidade e de compostura, e aí então, as mediocridades, hoje festejadas, terão de se expor à luz, e todas juntas, às centenas, não conseguirão fabricar sequer um único

talento.

Na trama que se urde, outros há interessados, com outros interesses. A estes, os perdigueiros da ação, mas sabujos do mesmo senhor, ao que parece, caberia, como prêmio, a sobre do "comando político", eufemismo que, neste Paraná, tem denominado uma odiosa opressão, anti-povo e anti-administrativa, instituição descaracterizadora de qualquer boa intenção anunciada, e com a qual se tem manipulado as vontades e as decisões."

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezzi, nós agradecemos pelo aparte, só que, ao vermos figuras como o ilustre Deputado Muggiati Filho, homem que passou por esta Casa, honrado, digno, Enéas Faria, homem que trabalhou também pelo ex-MDB. Homens que palmilharam ao lado de Vossa Excelência, hoje serem atacados por Vossa Excelência e pelos companheiros, sem pensar Vossa Excelência - talvez esteja assim meio apaixonado pela política - ao saber que os partidos foram dissolvidos e sucedâneos, não envolvem consequência nem herança.

Então não podemos ver Vossa Excelência atacando homens honrados, homens que passaram pela vida pública paranaense, dando de si como Vossa Excelência tem dado. Agora, o problema é questão de escolha.

Dizia um grande companheiro nosso, da UDN, que política é fato novo. E o fato novo, são os partidos que aí estão, para livre escolha e livre arbítrio. Agora pense Vossa Excelência se houvesse ditadura em que o moço, um homem, um jovem ou ancião que pertencesse a outro Partido, não podia ter sua livre escolha. Então só porque não foram para a oposição, esses homens estão sendo atacados por Vossa Excelência. Não vemos desdoro nenhum e o que vemos, são homens honrados como Vossa Excelência e Deputados de vossas bancadas, a apoiarem o Governo honrado, honesto, de mãos estendidas, que não querem outra coisa, a não ser o bem estar do Paraná.

Vossa Excelência rememore os fatos, pense em Muggiati Filho quando lutava pelo defunto MDB. Então Vossa Excelência não ataque mais seus companheiros, porque Vossa Excelência está fazendo papel de traidor.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu posteriormente quero fornecer a Vossa Excelência uma cópia do meu discurso e Vossa Excelência há de convir comigo que todas as palavras não foram ditas por mim. Aqui, nobre Deputado Gabriel Manoel, é apenas um leitor. Aqui, estou lendo discursos desta tribuna. Eu peço a Vossa Excelência que aguarde eu concluir o pronunciamento, porque Vossa Excelência vai ver. Se Vossa Excelência se sentiu ofendido, é com seu companheiro de partido de hoje, que ontem aqui ele lhe disse isso. Quero mostrar apenas isso.

A incoerência desses homens. Não disse uma palavra, estou apenas transcrevendo o que foi dito desta mesma tribuna, quando se disse aqui Deputado Gabriel Manoel: (Continua lendo).

"O que deserta, deserta porque não tem forças ou por covardia. E desertor hoje, sempre o será, sob qualquer bandeira, em qualquer luta, em qualquer compromisso, sempre frágil, permanentemente covarde.

O que se bandeia, é transfuga sem caráter, sem postura, sem brio. E a quem quer que faltem tais predicados, dele estará ausente a força maior que alicerça e produz as demais, nele jamais se encontrará, como hoje não se encontram as forças da dignidade.

O que trai é ignominioso, e sem qualquer pelo assim procede, por lhe estarem corroídas, dilaceradas, inexistentes, as forças morais. A troca inescrupulosa por alguma vantagem hoje, não impedirá que nova vantagem, amanhã, não acione nova traição. (ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, 01.06.1977).

Invoco o testemunho do insigne mestre SOBRAL PINTO, quando em 20 de maio de 1964, escrevia ao Mal. Castelo Branco, esta lapidar definição sobre o adesismo:

"A paixão e o interesse político, quando subalternos, não conhecem barreiras nem obstáculos. Tudo lhes parece legítimo, ao se deixarem dominar e vencer pela ambição de subir ao Poder. Falsificações, calúnias, distorções toda esta série de fraudes e de mentiras de que se alimentam os despeitados e os invejosos que atuam na vida pública das nações, surge aos olhos dos politiquinhos como inteiramente legítimo se tem a força de levá-los ao Poder, quando habilmente manejada".

Seria aqui e agora apropriado repetir WILHELM REICH, quando falou sobre ética política e assim sentenciou:

"Pensas que os fins justificam os meios, ainda que estes sejam vis. Enganas-te: o fim é a trajetória com que o alcanças. Cada passo de hoje é a tua vida de amanhã. Nenhum objetivo verdadeiramente grande poderá ser alcançado por meios vis - tens bem a prova de que assim é em todas as revoluções sociais. A vileza ou a desumanidade duma trajetória torna-te vil e desumano, e o fim inatingível "ESCUTA; ZÉ NINGUÉM - 8a. EDIÇÃO - pág. 67 - Livr. Martins Fontes)

Mas é no mais antigo dos Livros, no dos PROVÉRBIOS, 6, 12 a 15, da BÍBLIA SAGRADA, que ficou a advertência ao politiquinho:

"Leviano e iníquo, a boca torsa, ele vai, piscando o olho, arrastando o pé, trejeitando os dedos, coração sempre maquinando o mal, suscitando querelas, sua desgraça há de vir de repente e sua queda será súbita, sem remédio."

Na verdade, muitos caíram.

"Caiu porque este procedimento atira o homem ao chão, ao res do qual passara a viver sua vida pública inteira."

"Nem uma tentativa de justificar o ato transfuga pois nada o justificaria".

"Nem um esboço de explicação para a debandada, pois nada o explicaria".

"Apenas o riso plantado no cinismo que plasma a face dos traidores".

"Não é o primeiro caso. O passado recente, mostra outros exemplos, de oportunistas da mesma laia. As mesmas promessas vãs, as mesmas expectativas não materializadas. E hoje, voltem-se as vistas um pouco para trás, e ver-se-á quantos se contam por aí, menosprezados pelo povo, marginalizados da vida pública, desacompanhados, fracassados nas suas gestões, medíocres no que puderam realizar, nulos no que tentaram produzir".

"Esse tem sido o destino de tais criaturas. Faltando a confiança aqui, não a recebem lá; perdendo o respeito geral não o reconquistam. Atendidas as intenções estatísticas ou eleitoreiras imediatas dos sedutores caem no abandono no dia seguinte; passada a sua triste utilidade para o momento presente, são atirados na poeira das coisas desnecessárias, logo depois."

Cairam os detentores de mandato. Detentores diga-se a bem da verdade, eis que dos trãsfugas, nenhum conseguiu votos suficientes para eleger-se, não fosse o quociente partidário, valendo em consequência dizer que o mandato popular não é por definição e nem de fato no caso, daquele que resolve mudar de lado. É uma procuração que fica revogada no plano moral, por conseguinte perdendo legitimidade.

A luta do MDB, embora legalmente extinto por uma maioria ilegítima de biônicos e filhos do pacote de abril, era exatamente para que o poder se tornasse legítimo, em eleições livres e democráticas. Conseguir o poder sem os meios legítimos da representação popular e em respeito ao seu pronunciamento nas urnas, é servir-se ilegitimamente do PODER. Daí porque, se termos que reavivar a memória daqueles que sem o pronunciamento das urnas, inverteram infielmente os poderes

da procuração popular em que se aliar com os mandatos legítimos, cuja bilateralidade de direitos e obrigações o individualizam no tempo e no espaço. Embora lutando pelo pluritarismo, toda a nação é testemunha de que o MDB caiu de pé e lutou contra sua extinção. Hoje, como ontem continuam os democratas, na luta pela democracia no Brasil. Se alguns entendendo que a extinção, pela maioria ilegítima da bioncidade, teve o condão de sepultar o compromisso perante a nação, se agasalham nas sombras da ilegitimidade que até ontem combateram, impessoalmente que se lhes refresque a memória e se lhes enderece estas sábias palavras, também ditas recentemente desta tribuna:

"Porque os emedebistas do interior deste Estado, sempre estiveram com os seus candidatos disputando eleição, sofrendo e apoiando candidatos do MDB. Quantas vezes, sofrendo pressões, das mais violentas, mas permaneceram nas fileiras do Partido. E as nossas bases partidárias, Sr. Presidente, estão conscientes sabem que precisam continuar a luta e **vão continuar**. Homens apenas como estes que estou citando, é que procuram aproveitar estes momentos psicológicos para fazer, para encontrar uma fórmula de afastar-se do partido político de oposição, porque é mais conveniente, ficar ligado ao situacionismo. "(ANAIIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ — Disc. Dep. ANTONIO FACCI em 04.05.77, pág. 13).

Não seria o caso de afirmar-se, como aqui já se afirmou no passado quando outros aderiram, que apesar de ser lamentável toda a perda nada se teria a lamentar, porque nada se perdeu. Não. Perdemos homens probos, perdemos personalidades políticas que deram efetiva contribuição a causa democrática, perdemos enfim como acontece em toda a jornada, muitos combatentes que bem ou mal cumpriram seus papéis. A estes bem intencionados, porém mal informados, o nosso respeito e aos hipócritas que aproveitando o momento psicológico golpearam o povo, pensando em si e não na causa, a nossa repulsa. O nosso brado de alerta que ainda existem homens de vergonha na cara, capazes e competentes para defenderem princípios, ideais e causas justas e nobres.

Aprendemos com ARISTÓTOLES em sua POLÍTICA, Capítulo IX, § 7, que, "também é do caráter do tirano não se comprazer na sociedade dos homens graves e livres, porque ele tem a pretensão de ser o único que possui essas vantagens. E, pois aquele que afeta sentimento de nobreza e liberdade, ao tirano a sua superioridade e força, e em consequência, por ele é odiado como um rival que o despoja de seu prestígio" (ARISTÓTOLES -- A POLÍTICA).

Eis, Senhores no que redundou a reformulação partidária, se pela palavra dos novos defensores já vivemos numa democracia, pensamos estar ainda na relatividade da mesma, quanto à existência de eleições ou não. Democracia é a estabilidade da lei, a vontade da nação não a do homem que promete prender e arrebanhar. Democracia é o Congresso na plenitude de seus poderes e não emasculado pelo servilismo de promessas irrealizáveis.

Este o xadrez político que vivemos, no qual parece que "Na pessoa do rei, senhor de si mesmo e da humanidade, graças a uma vontade inquebrantável, todos acreditarão ver o destino com seus caminhos desconhecidos. Ninguém saberá o que o rei quer alcançar com suas ordens e, por isso, ninguém ousará por-se de través num caminho ignorado" (OS PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DO SIÃO — Cap. XXIV).

Ficaram no PMDB, os que querem os caminhos esclarecidos permaneceram os que desejam participar da nobre missão de construir o desenvolvimento da pátria. Continuam os que conscientes de que esta reformulação foi mais uma jogada maquiavélica da tecnocracia (enquanto os políticos se desprestigiam os tecnocratas se solidificam no poder), a ela se devem opor, antes que se desencadeie a "OFENSIVA DA TECNOCRACIA CONTRA A CULTURA", como vem advertindo

o filósofo italiano Michele Frederico Sciacca, porque uma tal ação condicionadora tem entre outros efeitos, os seguintes:

- "1)- impedir toda a atividade criadora não compreendida nos cálculos e planos elaborados; (Emenda Lobão)
- 2)- esgotar a cultura com um falso conceito de democratização impondo uma cultura de massa; (Reforma do Ensino)
- 3)- substituir a formação pessoal e a busca da verdade por uma informação que torna quem a recebe tributário da moda; (propaganda governamental);
- 4)- sofisticar os valores, substituindo os mais elevados pelos inferiores; (Loteria esportiva, jogo etc.).
- 5)- destruir todos os valores, começando pelos mais elevados; (esquadrão da morte, dedodurismo);
- 6)- finalmente e em síntese, fazer do homem um tributário das coisas, do seu manejo, de seus resultados econômicos; (consumismo)". (O ESTADO TECNOCRICO - EDIÇÃO SARAIVA, pág. 102).

Continuamos no PMDB, como outros brasileiros tiveram a audácia de darem as costas ao Poder e ingressarem na oposição, porque não se deixaram cair pelo canto da sereia.

Fala-se em abertura na exata medida em que o poder se concentra nas mãos da tecnocracia, personificada no seu protótipo Delfiniano. Fala-se em pluripartidarismo ao mesmo tempo em que se preserva a excrescência das sublegendas, quebrando-se compromisso assumido perante as próprias Lideranças governistas e a nação por testemunha.

Fala-se em democracia, com adiamento de eleições e adia-se a emenda que restaura eleições diretas.

Fala-se em nacionalismo, abrindo-se o pro-álcool para a avidez das multinacionais.

Fala-se em programas "democráticos e sociais" enquanto as elites corrompendo, malufam todas as administrações, solapam e escarnecem dos homens de bem.

Na verdade é a nova roupagem da ditadura, que afirma não existir mais preso político, mas denunciam estudantes catarinenses pela draconiana Lei de Segurança Nacional, e o Ministro da Justiça determina a busca e apreensão de jornais.

Cultiva-se a arte do "adesismo" e dele se faz tanta promoção que parece ter-se elegido a supremos valores a incoerência e o fisiologismo.

No entanto o Povo Brasileiro, sabe de que está em suas mãos a solução dos problemas e não na incompetência e desonestidade dos donos do poder. Estes já despertam assustados com as recentes campanhas de boicote, que as forças populares, na ânsia de contribuirem, acabam por serem mais uma vez ludibriadas.

Não mudaremos de tribuna.

Nosso partido está mais forte porque oxigenado.

Nossa causa mais próxima porque a exaustão cívica se avizinha. Nossa palavra mais idônea, porque a linguagem do povo, da nação da liberdade, da coerência, da fé nos homens livres, do ideal dos que não se vergam, não se dobram e não tem preço para vendas e leilões e pregões políticos, haverá de continuar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço a Vossa Excelência, pois ouvi pacientemente, terminar o seu discurso, que foi mais citações de outros pronunciamentos feitos nesta Casa, por ex-Deputados e por Deputados.

Em briga de vizinho a gente realmente não deve se envolver. Briga na Casa do Zé Bedeu, cada um defende o seu. **O SR. NILSO SQUAREZI** — Principalmente quando o vizinho mora na casa da gente.

O Sr. Erondy Silvério — Exato. Então eu não quero me envolver, não quero entrar nesse mérito. O aspecto doutrinário principalmente do epílogo do discurso de Vossa Excelência

comporta diversas colocações, que tornam as afirmações de Vossa Excelência, suscetíveis de correção. Vossa Excelência sabe que todas as iniciativas para a redemocratização do País, tem partido do nosso Partido e do Presidente da República.

O SR. NILSO SGUAREZI — Isto no dizer de Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Bem, Vossa Excelência me concedeu um aparte, se Vossa Excelência quer estabelecer um diálogo, nós não vamos nos entender nunca. Isto comportaria um outro pronunciamento que eu farei nos próximos dias, contestando diversas afirmações que Vossa Excelência faz.

Agora o que eu não posso ouvir calado, nobre Deputado, é que Vossa Excelência agrida ex-companheiro de bancada de Vossa Excelência apenas porque não quiseram permanecer na nova agremiação formada por Vossa Excelência e por outros eminentes Deputados.

E também não aceito, e ninguém pode aceitar, só os que têm memória fraca, é quando Vossa Excelência afirma que os mandatos que esses Deputados que abandonaram o PMDB, e ex-Deputados, não são donos do seu mandato. Se não fossem os coeficientes partidários, não teriam alcançado a votação suficiente para estarem nesta Casa. Vossa Excelência se engana, redondamente. Principalmente em relação ao ex-Deputado Enéas Faria. Que foi um verdadeiro canguru nas eleições de 74, carregando às costas eminentes Deputados do MDB. Vossa Excelência sabe que ele obteve uma votação consagradora, pelo seu carisma, pela maneira como ele desenvolveu a campanha, jamais se valendo da sigla da legenda partidária. E Vossa Excelência esquece também, que só é senador hoje pelo Paraná, o Senador Richa, graças aos votos, graças ao prestígio do ex-Deputado Enéas Faria em Curitiba.

Curitiba foi quem afinal decidiu a vaga do Senado em favor do Partido de Vossa Excelência. Isto deve-se exclusivamente ao ex-Deputado Enéas Faria que teve, nesta Casa, uma atuação brilhantíssima, que foi um opositor autêntico. Que foi o homem que conduziu a bancada de Vossa Excelência nos momentos mais cruciais; nos debates de matéria mais importante para a vida do Paraná. Com elegância, com sobriedade e acima de tudo com inteligência. Uma inteligência que me causava muitas vezes inveja, nobre Deputado.

Mas, apenas porque o ex-Deputado Enéas Faria, talvez desiludido com acontecimentos que possam ter ocorrido, optou por outra agremiação política e Vossa Excelência vem com sacos de pedras e com bordões de ferro, a agredi-lo na sua ausência, o que é deselegante, o que é até bom, fico apenas na deselegância.

Agradeço a Vossa Excelência, não tenho procuração para defender o nobre Deputado Antônio Facci, o nobre Deputado Del Ciel, o ex-Deputado Enéas Faria. Mas o faço apenas como observação de um homem que vem observando o cotidiano, que vem observando a vida política neste Estado por 30 anos. E sabe quanto são exacerbadas as paixões humanas, principalmente em oportunidades como esta.

Agradeço a atenção que Vossa Excelência me proporcionou, ao dar-me este aparte.

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente devo discordar, em dizer que é o partido de Vossa Excelência que vem tendo a iniciativa de redemocratizar, ou de pleitear a redemocratização.

Perguntaria a Vossa Excelência, o que fez o MDB, o que fez a Oposição brasileira no curso desses 15 anos? Não há necessidade de Vossa Excelência responder. A Nação responde. Quem levantou a tese da anistia, a tese da Constituinte?

Quem, Sr. Presidente, em todas as horas, defendeu eleições diretas e votou para eleições diretas? Quem, Sr. Presidente, está exigindo eleições? Então, é totalmente impro-

cedente a alegação de Vossa Excelência de que é o Partido de Vossa Excelência e o Presidente da República que vem mantendo a iniciativa da redemocratização.

Quanto às afirmações ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Gostaria, nobre Deputado, mas o Presidente já me esgotou o tempo, não é possível. Só quero dizer o seguinte: quanto às palavras pesadas, é verdade, que o meu discurso contém, não são minhas. Quis demonstrar à Casa e mostrar à opinião pública ...

O Sr. Erondy Silvério — ... Eu fiz esta ressalva. Vossa Excelência não vai me passar nenhum atestado de ignorância.

O SR. NILSO SGUAREZI — Se eu joguei pedras, montões de ferro, é porque daqui já foram jogadas. Revolvi essas pedras, tirei a poeira do tempo, para mostrar que quem joga uma pedra uma vez é capaz de, no futuro jogar outra.

Então é apenas, Sr. Presidente, para mostrar à opinião pública, que os princípios e a Oposição brasileira lutam por princípios, lutam por idéias.

Os princípios e as idéias da Oposição brasileira, não podem ser desfeitos pelo biônico que votaram, extinguindo o nosso partido.

Este é o compromisso solene dos homens de princípios, dos homens de idéias.

O artificialismo com que esta emenda passou no Congresso Nacional, e que foi vetada, inclusive pelo Presidente da República, este que dizem que lidera a iniciativa da democratização, que vetou aquilo que muita gente do Partido Situacionista votou, que foi a expulsão das sublegendas a Governo Estadual, votaram pela canetada do Presidente Figueiredo.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância, e temos muito tempo pela frente, para analisar, dialogar, e, principalmente, fiscalizar o comportamento de todos nesta Casa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Sobre a mesa, expediente firmado por vários Srs. Deputados: (Lê):

“Excelentíssimos Senhores Deputados componentes da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Os signatários deste, todos detentores do mandato popular de deputados estaduais, têm a honra de comunicar a Vossas Excelências, em atendimento do que determina o Art. 3.º, da Lei Federal n.º 6.767, de 20 de dezembro de 1.979, que se constituem em BLOCO PARLAMENTAR, filiado ao PARTIDO POPULAR-PP, ora em processo de organização e registro perante as autoridades competentes.

comunicam ainda que caberá ao Deputado Dácio Leonel, a liderança do Bloco Parlamentar.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1.980.

(aa) PAULO CAMARGO, EDILSON ALENCAR,
JOÃO ELÍSIO e DÁCIO LEONEL”.

Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do Sr. Deputado Cioni Neto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/79, de autoria dos Deputados FABIANO BRAGA CÔRTEZ e AIRTON CORDEIRO, que institui no Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, o Concurso de Fanfarras e Bandas.— Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se.

(Pausa).

15 Srs. Deputados o aprovam;

Nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**EM VOTAÇÃO:**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/79.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173/79

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 149 e 150/79.

Levanta-se a sessão.